

**A VALORIZAÇÃO DOCENTE NOS TRABALHOS ACADÊMICOS:
revisão de literatura de 2000 a 2020**

Danyela Medeiros¹
Shirleide Pereira da Silva Cruz²
Maira Vieira Amorim Franco³

Resumo: Este artigo apresenta uma revisão de literatura a respeito da valorização docente no Brasil, nos trabalhos acadêmicos produzidos no período de 2000 a 2020, em teses e dissertações. Um ponto em comum dos trabalhos analisados refere-se a relacionar a valorização de professores com elementos objetivos como: salário, carreira e formação continuada, além de condicioná-la à melhoria da qualidade da educação e do desempenho dos estudantes. Outro consenso foi a metodologia usada. As análises foram feitas a partir dos textos legislativos, a partir da Constituição Federal de 1988 e de avaliações das políticas educacionais para valorização docente em nível nacional, estadual ou municipal. Assim, traremos em destaque três perspectivas que foram recorrentes nos trabalhos, para entender os mecanismos indicativos da valorização. São eles: 1) políticas para a carreira docente; 2) formação docente, inicial e continuada; e 3) a valorização docente como condicionante da melhoria de ensino. Ainda que as análises apontem para algum fragmento de valorização docente, os resultados são unânimes em reafirmar a necessidade de ampliar a valorização do professor enquanto profissional da educação.

Palavras-chave: Valorização docente. Revisão de literatura. Valorização profissional.

**TEACHING VALUATION IN ACADEMIC WORK:
literature review from 2000 to 2020**

Abstract: This article presents a literature review on teachers 'appreciation in Brazil in academic works produced in the period from 2000 to 2020, in theses and dissertations. A common point of the analyzed works refers to relating the valuation of teachers with indicative objective elements such as salary, career and continued education, in addition to conditioning it to improve the quality of education and student performance. Another consensus was the methodology used, in which these analyses were made from legislative texts, from the Federal Constitution of 1988 and the evaluations of educational policies for teaching appreciation at national, state or municipal levels. Thus, we will highlight three perspectives that were recurrent in the works, to understand the indicative mechanisms of valorization. They are: 1) policies for the teaching career; 2) teacher training, initial and continued; and 3) the appreciation of teachers as a condition for improving teaching. Although the analyses point to some fragment of subject, the results are unanimous in reaffirming the need to expand teacher's estimation as a professional of the educational field.

Keywords: Teacher appreciation. Literature review. Professional appreciation.

¹ Doutoranda e Mestre em Educação pela Universidade de Brasília. Graduada em Pedagogia na Universidade do Distrito Federal. Professora da Educação Básica na Secretaria de Educação do Distrito Federal. E-mail de contato: danyelamedeiros@yahoo.com.br.

² Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. Graduada em Pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco. Vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Brasília. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre atuação e formação do Professor/Pedagogo – GEPFAPe da Universidade de Brasília. E-mail de contato: shirleideshirleidesc@gmail.com.

³ Doutoranda e Mestre em Educação pela Universidade de Brasília. Graduada em Pedagogia na Universidade de Brasília. Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Membro do Grupos de Estudo e Pesquisa sobre atuação e formação do Professor/Pedagogo – GEPFAPe e do Grupo de Estudos e Pesquisa Profissão Docente – GPPEP da Universidade de Brasília. E-mail de contato: maira.vaf@gmail.com.

VALORACIÓN DOCENTE EN EL TRABAJO ACADÉMICO: revisión de la literatura de 2000 a 2020

Resumen: Este artículo presenta una revisión de la literatura sobre la apreciación de los profesores en Brasil en los trabajos académicos producidos en el período de 2000 a 2020, en tesis y disertaciones. Un punto común de los trabajos analizados se refiere a relacionar la valoración de los docentes con elementos objetivos indicativos como el salario, la carrera y la formación continua, además de condicionarla a mejorar la calidad de la educación y el desempeño de los estudiantes. Otro consenso fue la metodología utilizada, en la que los análisis fueron hechos a partir de textos legislativos, desde la Constitución Federal de 1988 y de las evaluaciones de políticas educativas para el aprecio de la docencia a nivel nacional, estatal o municipal. Así, destacaremos tres perspectivas que fueron recurrentes en los trabajos, para comprender los mecanismos indicativos de valorización. Son: 1) políticas para la carrera docente; 2) formación docente, inicial y continua; y 3) la valorización de los docentes como condición para mejorar la enseñanza. Aunque los análisis apuntan a algún fragmento de apreciación del docente, los resultados son unánimes en reafirmar la necesidad de ampliar la apreciación del docente como profesional de la educación.

Palabras clave: Valoración docente. Revisión de literatura. Valoración profesional.

O que poderia indicar a valorização docente?

O objetivo deste trabalho é apresentar como o tema da valorização foi discutido nos trabalhos acadêmicos nas Universidades brasileiras nas últimas duas décadas (2000-2020). Como percurso metodológico, iniciamos o levantamento utilizando o banco de teses e dissertações das universidades brasileiras no IBICT – Biblioteca, Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia- IBICT, no primeiro trimestre de 2021. Foram localizados, inicialmente, utilizando para a busca a expressão ‘*valorização de professores*’, 86 trabalhos.

Foram identificados inicialmente 86 trabalhos, sendo 71 dissertações e 15 teses. A concentração da maioria dos trabalhos encontra-se nas regiões Sul (28) e Sudeste (29), totalizando 57 pesquisas sobre o tema da valorização de professores. Na região Centro-Oeste encontramos 16 trabalhos, seguida da Região Nordeste com 9 trabalhos e a Região Norte apenas com 4. Desses, trabalhos, 19 não desenvolveram o tema da valorização conforme o delineamento de nosso objetivo. Após esse trabalho de filtragem com as leituras dos resumos, foram analisados, somente, 66 trabalhos, 13 teses e 53 dissertações, que tratam da valorização dos professores, quer em sua centralidade, quer em parte do trabalho e sendo assim, apresentam o tema da valorização docente como questão central ou de alguma forma jogam luz ao debate.

Segundo o dicionário Oxford Languages, o termo valorização é derivado da junção dos

termos: *valorizar+ação*, assim, apresenta o significado de “ato ou efeito de valorizar (-se); aumento do valor ou do preço de algo, em virtude de ter recebido aperfeiçoamento ou melhoria, em virtude de suas qualidades intrínsecas ou raridade”. Portanto, tem um sentido de fora para dentro, ser valorizado por outrem e de dentro para fora pela colocação pronominal, valorizar-se.

Ao associar a valorização a prática docente, chegamos a algumas questões sobre a expressão valorização do magistério, que de acordo com Leher (2010):

abrange dimensões (1) objetivas – regime de trabalho; piso salarial profissional; carreira docente com possibilidade de progressão funcional; concurso público de provas e títulos; formação e qualificação profissional; tempo remunerado para estudos, planejamento e avaliação, assegurado no contrato de trabalho, e condições de trabalho e (2) subjetivas – reconhecimento social, autorrealização e dignidade profissional... A questão da valorização é, portanto, indissociável das relações contraditórias de uma escola capitalista em que sobressaem os nexos Estado-educação e entre o trabalho docente e sua institucionalização e profissionalização (LEHER, 2010, p. 1).

Nessa linha, associamos a valorização docente a um coletivo de professores, podendo entendê-la em virtude de suas especificidades na formação e da função social docente em ensinar algo a alguém, elevando a cultura a partir das aprendizagens cognitivas, sociais e afetivas. A valorização docente está indissociavelmente ligada à: garantia material das condições de trabalho; remuneração conforme o piso do magistério e equiparação a outros profissionais com mesmo nível de formação; jornada remunerada que contemple além da regência, espaço-tempo para formação, planejamento, pesquisa e avaliação; reconhecimento social e da imagem do professor; resguardado por parte das autoridades da preservação de saúde física e mental durante todo o ciclo da carreira profissional, conforme as características de cada fase. Portanto, um sentido amplo que aborda vários aspectos da carreira.

Para chegar a categorização dos trabalhos iniciamos pelo conceito de valorização reconhecido pelos autores, assim pudemos identificar uma linha comum encontrada nas pesquisas que atribui à valorização às dimensões objetivas do trabalho docente como a remuneração, a jornada, a formação de professores, localizados nas discussões sobre as políticas nacionais e locais para a carreira durante o período indicado. De modo geral, os trabalhos destacaram programas ou projetos municipais, estaduais ou nacionais, que tiveram ações diretamente relacionadas à carreira dos professores. Houve também trabalhos que trataram da

valorização relacionando-a à imagem e reconhecimento do papel docente na sociedade, que não serão abordadas neste artigo. Como conclusões recorrentes, as pesquisas indicaram a pouca valorização do trabalhador docente no país, apesar das leis e políticas para a carreira realizadas nas primeiras duas décadas do século XXI e o consenso sobre a relevância da valorização de professores e sua relação com a qualidade do ensino. A seguir, (vide tabela 1) temos uma classificação dos trabalhos que nos orientou para a categorização, as dimensões: políticas para a carreira docente; formação docente, inicial e continuada; a valorização docente como condicionante da melhoria de ensino; financiamento da educação e reconhecimento da imagem do professor como forma de valorização.

Caracterização dos trabalhos sobre valorização docente

As 13 (treze) teses e as 53 (cinquenta e três) dissertações, portanto, 66 (sessenta e seis) trabalhos analisados tiveram como foco central e sujeitos de pesquisa, professores da Educação Básica. Apenas um trabalho trata sobre o docente no ensino superior. A categorização foi feita de acordo com o quadro abaixo:

Tabela 1 – Categorização dos trabalhos

Categoria: Temática	Quantitativo percentual
Políticas para a carreira – Remuneração e jornada de trabalho	19,69%
Formação docente – inicial e continuada	40,9%
Valorização como condicionante da melhoria de ensino	15,15%
Outros (financiamento da educação, reconhecimento da imagem do professor)	24,24%

Fonte: Elaborada pelas autoras, 2021.

As análises giraram em torno das políticas educacionais sobre 16 estados da federação. Já nos municípios, tivemos 6 trabalhos sobre as políticas educacionais e um que optou por analisar as políticas da região norte em especial. Identificamos ainda, um estudo comparado das políticas educacionais, Brasil e Coréia do Sul. O número de estudos sobre a relação da valorização que destacaram o trabalho docente nas etapas ou modalidades da Educação Básica, foram as seguintes:

Tabela 2 – Pesquisas por modalidades ou etapas de Ensino.

Modalidades ou Etapas de Ensino na Educação Básica	Quantitativo
Ensino Médio	07
Ensino Especial	01
Socioeducação	01
Educação Profissional	01
Educação de Jovens e Adultos	01
Total	11

Fonte: Elaborada pelas autoras, 2021.

Ainda sobre a caracterização dos trabalhos identificamos discussões de políticas nacionais de remuneração, formação e financiamento específicas para a valorização docente antecedido pelos quantitativos, apresentados no quadro respectivamente: (5) Lei do Piso Nacional do Magistério, (2) Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR, (1); Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio - PNEM (2) Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, (1); Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID, (1); Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF.

Sobre políticas meritocráticas como avaliação de desempenho e premiação encontramos (5) trabalhos; sobre a imagem da valorização social, encontramos (7) estudos; sobre financiamento na Educação Básica (3); sobre as condições de trabalho (3); sobre os organismos internacionais e demais políticas educacionais nacionais (2).

A relação valorização/desvalorização é debatida como tema central em (5) trabalhos e, de modo geral, a convergência entre os autores é de que o trabalho do professor é pouco ou nada valorizado quando se apresentam os elementos indicadores da valorização - remuneração, carreira, condições de trabalho, formação inicial e continuada e reconhecimento social.

A valorização está associada, nos trabalhos analisados, aos pressupostos: da formação inicial e continuada de professores, das políticas de financiamento da educação, da carreira, remuneração e jornada de trabalho, das políticas de avaliação ligadas ao mérito com bonificação salarial, da relação com a qualidade de ensino. Outros trabalhos vão tratar da valorização na forma de reconhecimento e imagem do professor.

Pelos limites de espaço desse artigo, definimos três dimensões que se destacaram na análise sobre a valorização docente, as quais serão discutidas a seguir: 1) políticas para a

carreira docente (remuneração e jornada de trabalho); 2) formação docente, inicial e continuada e 3) a valorização docente como condicionante da melhoria de ensino.

Políticas para carreira docente: a remuneração e jornada de trabalho

Os elementos objetivos que podem indicar a materialização da valorização para os professores são apontados nas pesquisas como possibilidades de manifestação de tal valorização. Salário, de acordo com as demais carreiras com Ensino Superior, jornada adequada ao trabalho em regência de classe e atividades de preparação, avaliação e formação, incluídos no horário remunerado e condições de trabalho adequadas as realidades educacionais. Considerar aspectos como, por exemplo, o quantitativo de estudantes nas turmas tendo por base não só a estrutura física da escola, mas o atendimento adequado a estudantes do Ensino Especial e a disponibilização de materiais para uso e criação a partir das tecnologias disponíveis para o ensino na atualidade, podem sinalizar para a valorização do trabalho docente. Os trabalhos que dialogaram sobre a valorização pelo viés das políticas de carreiras estão relacionados no quadro abaixo:

Quadro 1 – Pesquisas: a valorização via políticas para a carreira: remuneração e jornada

Título e instituição	Autor , ano e tipo
A (des) valorização dos professores e a relação com a aplicação dos recursos em educação: um estudo do financiamento da educação básica em Goiás. PUC/GO	SILVA, 2019 (Dissertação)
Implementação do PSPN e suas relações com a qualidade da educação infantil: o caso de um município no interior paulista. USP	MANO, 2018 (Dissertação)
Gestão do trabalho pedagógico na escola: análise da implementação da Hora de Trabalho Pedagógico - HTP em uma escola de ensino médio da SEDUC/AM. UFJF	SOUZA, 2018 (Dissertação)
Política de valorização dos profissionais da educação: dimensões do financiamento da educação básica no município de Céu Azul no Paraná (2009-2016). Unioeste/PR.	LUHM, 2017 (Dissertação)
Desafios da valorização dos professores da educação básica da rede pública estadual de ensino do Rio Grande do Norte: carreira e remuneração (2009-2015). UFRN	ALVES, 2017 (Tese)
(30)Os critérios de movimentação na carreira de professores da educação básica em estados da Região Norte do Brasil. UFPA	CARNEIRO, 2017 (Dissertação)
A remuneração dos professores da rede pública do estado do Rio de Janeiro (1995-2014). USP	SOUZA, 2016 (Tese)
A instituição do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) por meio da Lei 11.738/2008 valoriza os professores do magistério da educação básica?UnB	XAVIER, 2015 (Dissertação)

Políticas de valorização profissional dos professores do 1º ao 5º ano de Unaf: a Lei do Piso. UnB	CAETANO, 2015 (Dissertação)
Valorização dos professores: análise dos planos de carreira de municípios do paraná. UEPG	SOBZINSKI, 2015 (Dissertação)
Políticas educacionais e a valorização do professor: carreira e qualidade de vida dos professores de educação básica do município de São José dos Pinhais/PR. UFPR	GROCHOSKA, 2015 (Tese)
O piso salarial nacional: a valorização do professor na Constituição de 1988. UFRN	CARNEIRO, 2012 (Dissertação)
Valorização salarial dos professores: o papel do piso salarial profissional nacional como instrumento de valorização dos professores da educação básica pública. Unicamp	MONLEVADE, 2000 (Tese)

Fonte: Elaborada pelas autoras, 2021.

A relação da valorização docente e “salário condigno”, ou seja, justo, adequado, merecido, é expressa - embora esse sentido não encontre um parâmetro comum pactuado – na legislação brasileira e esteve na centralidade dos trabalhos de CARNEIRO, 2012; MANO, 2018; MONLEVADE, 2000; SILVA, 2019; SOUZA, 2016; e XAVIER, 2015; que abordaram a relação da remuneração como condição para a valorização docente.

O artigo 212-A da Constituição Federal alterada pela Lei nº 14.113 de 2020, determina a destinação pelos entes federados para a remuneração “condigna” aos profissionais na educação básica e para a manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica. Os textos abordam a relevância da criação da Lei Salarial Profissional Nacional (PSNP), Lei federal 13.738, conhecida como a Lei do Piso, e que traz a definição de piso salarial no art. 206, inciso V da Constituição Federal: entende-se por piso salarial “a quantia abaixo da qual os sistemas de ensino não poderão fixar a remuneração do professor da educação básica no início da carreira na rede pública” (MONLEVADE, 2000, p. 107). Até a sua regulamentação em 2008, a Lei do Piso, percorreu uma exaustiva trajetória de versões desde 1989- portanto num período de quase duas décadas - nas quais definiu-se quem fazia parte do grupo de profissionais da educação, e também sobre a isonomia de vencimentos em relação a cargos e funções idênticos ou semelhantes nos três poderes da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios e por último, definiu-se a proposta de 30% de adicional de trabalho noturno (MONLEVADE, 2000). A Lei do PSNP foi um marco importante para a questão salarial e a valorização docente - apesar de ainda ter seus efeitos limitados - estabelecendo –se um piso mínimo de 950,00 a partir de 2009 para professores com formação em nível médio (SOUZA, 2016), com ajustes

anuais baseados nos cálculos de variação do custo –aluno- ano estabelecidos no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Além de sofrer com o tempo de tramitação, muitas reivindicações ficaram para trás e em muitas localidades do país o piso é o teto, ou seja, há uma grande variação de desigualdade salarial pelo país entre os docentes, o que nos leva a uma situação oposta ao previsto no texto constitucional.

Outro aspecto ligado à carreira é a questão da jornada de trabalho, que Mano (2018) e Medeiros (2018) localizam em suas pesquisas a necessidade de formação e cumprimento da Lei do Piso, no que se refere a jornada de professores – em sua maioria mulheres- da educação infantil, que precisam de garantia de um espaço remunerado para planejamento das aulas fora do período de regência e aponta essa situação como premissa para uma consequente qualidade de ensino desses profissionais.

Se é certo que a valorização dos professores da educação tenha fundamento nos ganhos salariais é esperado que ainda haja uma longa trajetória de lutas sobre o financiamento da educação no país para que esta assim se efetive. As conclusões dos autores giram em torno de uma não valorização no sentido dos ganhos salariais e da disparidade numérica que recebem professores que teoricamente exercem a mesma função nas escolas do país, de regiões e estados distintos.

A formação docente como premissa de valorização

Outra convergência dos pesquisadores se dá ao explicar a valorização dos professores pela formação inicial e continuada. Um vasto conjunto de trabalhos (27) relaciona diretamente a valorização com a formação docente, incluindo experiências específicas em Programas e Projetos como o PNAIC, PIBIC, mestrado profissional (vide Quadro 2). As pesquisas analisadas retratam uma realidade específica das redes estaduais e municipais ou de professores com atuação em uma etapa ou modalidade em particular e que apontam a formação inicial ou continuada como uma condição para a materialização da valorização docente.

Quadro 2 – A valorização via formação inicial e continuada

Título e instituição	Autor, ano e tipo
Análise das contribuições do mestrado profissional em Educação, em termos de aprendizagem autoral discente, aos professores. Unb	ALMEIDA JÚNIOR, 2020 (Dissertação)
A valorização do professor do ensino médio de Santa Catarina e Pernambuco: reflexões sobre a formação e condições de trabalho. UNISUL	BRESSAN, 2019 (Dissertação)
Professores - mestres: contribuições do mestrado na formação pedagógica em uma escola privada no município de Bagé. UNIPAMPA	GERVÁSIO, 2019 (Dissertação)
Formação de professores: estudos avaliativos da prática docente como pressupostos para a elaboração de material didático. UEG	CORRÊA, 2019 (Dissertação)
Entre os muros e grades da prisão: o trabalho do professor que atua nas 'celas' de aula. UNESP	JOSÉ, 2019 (Tese)
Entre o formulado nos planos e a visão dos docentes: formação, profissão e valorização docente na rede pública municipal de educação em Bela Vista de Goiás. UFG	GUIMARÃES NETO, 2018 (Dissertação)
Plano Municipal de Educação: Formação e Valorização dos Professores de Educação Infantil. UNESP	MEDEIROS, 2018 (Dissertação)
Mestrado Profissional em Educação - Formação de Formadores (PUC-SP): contribuições para coordenadores pedagógicos da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. PUC/SP	PACITTI, 2018 (Dissertação)
Formação continuada para professores da área de ciências da natureza no Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio/Unipampa: "o que se mostra" da valorização pela formação? UFRGS	DIAS, 2018 (Tese)
Considerações acerca das políticas públicas de formação docente no Brasil e no Espírito Santo em perspectiva histórica. UFES	OLIVEIRA, 2017 (Dissertação)
A concepção de formação continuada das professoras de creches de um município do sudeste goiano: uma avaliação a partir da teoria histórico-cultural. UFG	DAMIÃO, 2017 (Dissertação)
Formação e condições de trabalho do professor do ensino médio nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. UFSC	GHIZZO, 2017 (Dissertação)
Identidade e subjetividade no processo de formação do professor-aluno do PARFOR no município de Tefé (AM). UFAM	HOLANDA, 2017 (Dissertação)
As políticas de formação continuada do professor do ensino médio no Tocantins e seus desdobramentos na valorização docente. PUC/GO	CASTRO, 2017 (Dissertação)
Constituição da docência em um grupo de estudantes de física = um estudo de caso junto ao PIBID. Unicamp	OLIVEIRA, 2017 (Dissertação)
Avaliação de desempenho docente: uma proposta para a rede estadual de ensino do Amazonas. UFJF	SILVA, 2017 (Dissertação)
Ações e impactos da formação continuada do PNAIC no município de Caxias do Sul-RS: um estudo de caso. UFSM	GELCHA, 2016 (Dissertação)
Formação de professores na rede pública: criação de atividades baseadas em corpora. UFMG	PAULINO, 2016 (Dissertação)
O trabalho docente no ensino médio no estado de Santa Catarina: embates, desafios e possibilidades à valorização dos professores. UNISUL	CABRAL, 2016 (Dissertação)
O curso de pedagogia no plano nacional de formação de professores (PARFOR): análise de projetos pedagógicos do curso (2010-2013). PUC/GO	CAMARGO, 2016 (Dissertação)

Professores-formadores em grupos de formação continuada: possibilidades e limites da profissionalização do magistério. UNESP	BUDIN, 2014 (Dissertação)
Formação continuada na perspectiva da educação inclusiva : epistemologia e prática. UFRGS	GUASSELLI, 2014 (Tese)
Análise da formação continuada de professores de geografia no PDE: um estudo dos orientandos da UNIOESTE - Francisco Beltrão.Unioeste/PR	FARIAS, 2013 (Dissertação)
Produção de material didático como espaço de formação continuada e valorização dos professes = análise do Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná ; 2007/2008 .Unicamp	VIEIRA-SILVA, 2012 (Tese)
O sentido da formação contínua para professores de língua inglesa. UEL	CHIMENTÃO,2010 (Dissertação)
A educação de jovens e adultos no município de Valinhos = uma análise das políticas de formação de professores no período de 2007 e 2008. Unicamp	BARBETO, 2010 (Dissertação)
Fala, professora! um estudo de caso sobre as perspectivas de professoras de educação infantil acerca do projeto Pedagogia Cidadã. UNESP	TOMÉ, 2005 (Dissertação)

Fonte: Elaborada pelas autoras, 2021.

Para exemplificar traremos o trabalho de Bressan (2019): “os dados obtidos com a pesquisa expressam uma lacuna quantitativa na formação inicial do professor do Ensino Médio nos dois estados pesquisados, [...] e que ainda há muito a ser feito para que se alcance uma adequada formação docente (BREZZAN, 2019 p. 68)”. O mesmo direcionamento é dado na dissertação de Almeida Junior (2020) ao trazer ao debate as recomendações da UNESCO para a educação no país que sugerem:

um desperdício de investimento em formação inicial de professores, que é feita de maneira a não atingir qualidade formal e política autoral, mantendo o professor vítima e reproduzidor de aulas instrucionistas em uma manutenção do *status quo* social” (ALMEIDA JUNIOR, 2020, p. 6).

Um dos encaminhamentos para a formação docente dando “possibilidade de conduzir professores e estudantes à autonomia, à emancipação e à autoria” (ALMEIDA JUNIOR, 2020, p. 6) seria a formação em nível de pós-graduação, segundo os estudos aqui analisados, no caso da pesquisa citada, mestrado profissional. A formação em nível de pós-graduação é um elemento preconizado no Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014, na meta 16 que prevê até 2024 a formação em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica do país. Segundo o Observatório do PNE⁴ esse indicador já está

⁴ O observatório do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), é uma iniciativa de 30 organizações parceiras, ligadas à Educação e especializadas nas diferentes etapas e modalidades de ensino que realizam o acompanhamento permanente das metas e estratégias do PNE durante sua vigência 2014-2024.

praticamente concluído sendo que em 2020 já haviam 940.820 professores com pós-graduação, o que representa 49,6 % dos professores da educação básica. Já sobre o segundo indicador da meta que trata do acesso a formação continuada a todos os docentes da educação básica até 2024, os resultados parciais não são tão animadores. Em 2020, apenas 39,5 % dos professores das redes federais, estaduais e municipais e do Distrito Federal, tinham acesso à formação continuada segundo os dados do Observatório. Esse último dado, aponta para um desafio que ainda está longe de ser superado: garantir para todos os docentes acesso a alguma formação continuada associada à sua atuação.

Sobre a formação de professores no Brasil, dois trabalhos discutiram mais veementemente o tema sobre políticas para a formação inicial: Fala, professora!: um estudo de caso sobre as perspectivas de professoras de educação infantil acerca do projeto Pedagogia Cidadã (TOMÉ, 2005) e a Constituição da docência em um grupo de estudantes de física -um estudo de caso junto ao PIBID (OLIVEIRA, 2017). Outros oito trataram a formação inicial relacionando-a como forma de valorização de professores (CABRAL, 2016; CAMARGO; 2016; GHIZO, 2017; MEDEIROS, 2018; BRESSAN, 2019; CORRÊA, 2019; JOSÉ, 2019; ALMEIDA JUNIOR, 2020).

No caso do estudo sobre o PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - os resultados mostram que o referido programa tem colaborado na intermediação do contato dos estudantes com a prática profissional docente. Relacionar os conhecimentos teóricos com os conhecimentos da experiência é o desafio da formação inicial. Outro desafio é fazer os futuros professores projetarem o significado de ser professor e se identificarem com a profissão ainda no primeiro contato com as práticas escolares. E para que haja essa a proximidade entre os conhecimentos teóricos e conhecimentos da experiência “é preciso refletir sobre a necessidade da formação inicial estar mais próxima das demandas da prática docente e que considere a complexidade do contexto escolar” (CÔRREA, 2019, p. 77).

A constatação de que ainda precisamos de programas para a formação do professor da Educação Básica é expressada no estudo de Ghizzo (2017), ao mencionar que [...] “Ao analisar o Indicador Adequação da Formação Docente, evidenciamos um percentual considerável de professores das escolas médias estaduais catarinenses e gaúchas sem formação adequada para o exercício da profissão docente”. (GHIZZO, 2017, p. 72).

Sobre a universitarização do professor, o trabalho sobre a Pedagogia no Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) de Camargo (2016) analisou cinco projetos pedagógicos do curso de Pedagogia das Universidades Federais do Amapá, Bahia, Pará, Piauí, e a Universidade Estadual de Londrina, sobre políticas de formação de professores, que regulamenta os cursos regulares e emergenciais. O estudo apontou divergências e convergências com as Diretrizes Nacionais da Graduação em Pedagogia. Os cinco cursos analisados foram organizados para formar o pedagogo com base de identidade na docência e ofereceram como obrigatórios os Estágios Supervisionados em Educação Infantil e Ensino Fundamental, contudo, diferenciam-se pela carga horária atribuída a cada Estágio. Como aspecto negativo ao estudo aponta que a formação em serviço sem direito à licença para formação e remuneração, que:

penaliza professores cursistas e professores formadores, retirando-lhes o direito ao descanso remunerado e a convivência com a família nos períodos de férias, finais de semana e feriados. Desse modo, isso reforça o descaso dos governantes com a formação e valorização dos professores (CAMARGO, 2016, p. 79).

Apesar de se concretizar a tal esperada formação em nível superior, os professores se submetem a cumprir períodos de trabalho acrescidos de tempos para a formação que acabam por intensificar e sobrecarregá-los pois, precisam ser estudantes e professores ao mesmo tempo. O que nos leva a pensar que esses tempos poderiam ser delimitados e separados para uma dedicação exclusiva aos estudos para assim, retornarem às suas funções melhores qualificados profissionalmente.

Nos trabalhos de Mano (2018); Neto (2018); Corrêia (2019); Almeida Junior (2020); Coutinho (2020); Gervásio (2019) a qualidade de ensino aparece condicionada a uma “boa” e “adequada” formação de professores, ou seja, a qualidade de ensino passa necessariamente pela formação inicial e continuada de professores. Segundo Corrêa (2019) depende-se dos modelos de formação oferecidos para que a qualidade de ensino seja consequência e defende a autonomia e trabalho colaborativo para a perseguição dessa qualidade:

a formação continuada por meio do trabalho colaborativo, envolvendo a construção de um material didático colaborou para que os docentes aumentassem sua autonomia. Tendo em vista que a metodologia empregada permitiu oferecer voz e vez aos professores da escola (CORRÊA, 2019, p. 77).

O estudo de Gervásio (2019) aponta para a formação em nível de pós-graduação –

mestrado e para a reflexão, que uma formação que enseja novas práticas, possibilita a melhoria da **qualidade do ensino** na Educação Básica. Outros trabalhos também trazem a formação continuada como fator para a valorização docente. Ao todo 25 dissertações e 3 teses discutem diretamente essa dimensão da formação e trazem um consenso da relevância da continuidade de estudos para a profissionalização docente, pois, muitas vezes estes estudos vêm sendo diretamente relacionados com a melhoria da qualidade de ensino ofertado, reduzindo a formação continuada apenas à melhoria do desempenho dos estudantes e não a um processo ontológico de formação do ser social professor e constituinte da unidade trabalho-formação.

A seguir destacamos como se deu a relação entre valorização e a melhoria da qualidade de ensino nos trabalhos analisados.

A valorização docente como condicionante da melhoria de ensino

Os trabalhos que argumentaram sobre a valorização docente relacionada com a melhoria da qualidade de ensino, pelo desempenho docente ou com algum tipo de bonificação foram os seguintes:

Quadro 3 – Pesquisas que abordaram a valorização docente associada a qualidade de ensino.

Título /Instituição	Autor/Ano
Valorização do trabalho docente nas políticas públicas: um estudo dos servidores do magistério no município de Barro Alto/Goias. PUC/GO	COUTINHO, 2020 (Dissertação)
A política de valor e des-valor do trabalho docente nos documentos da OCDE. UnB	OLIVEIRA, 2018 (Dissertação)
O discurso da (des)valorização da docência em propagandas institucionais. UEL/PR	DI RAIMO, 2017 (Dissertação)
Avaliação de desempenho docente: uma proposta para a rede estadual de ensino do Amazonas. UFJF	SILVA, 2017 (Dissertação)
Valorização profissional docente da educação básica em Goiás (1990-2015). UFG	FRANCO, 2016 (Dissertação)
Discursos de valorização do professor: efeitos da interpretação no âmbito da formação discursiva do aparelho ideológico escolar. UFPE	JAEGGER, 2016 (Tese)
Seja um professor! A profissão e a publicidade em discurso. UFRGS	BALZAN, 2015 (Tese)
Promoção, vencimento e avaliação de desempenho do professor do ensino fundamental: o PCCR da rede municipal de ensino de Natal/RN (2004-2010). UFRN	SILVA, 2014 (Tese)
Profissão docente: a produção do discurso da possibilidade de valorização do professor por ele mesmo. UFPEL	KATREIN, 2014 (Dissertação)
A avaliação de desempenho docente como instrumento de valorização dos professores e melhoria da qualidade da educação – 10ª CREDE/SEDUC/CE. UFJF	NOBRE, 2014 (Dissertação)

Fonte: Elaborada pelas autoras, 2021.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9 394/96, a LDB preconiza como qualidade em seu artigo 4º, inciso IX: “padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem”. Para o conceito de qualidade podemos trazer várias premissas ligadas a diversas áreas, mas o que seriam esses padrões mínimos de qualidade frente a um país tão desigual? Seria possível determinar o que seria uma escola de qualidade de acordo com os princípios democráticos?

Entendendo o conceito de qualidade na educação integrado ao financiamento da educação pública, a Campanha Nacional de Direito a Educação por meio da Nota Técnica PEC nº26/2020 argumenta sobre os elementos necessários à qualidade a partir do CAQ – Custo Aluno-Qualidade:

1.As condições para que cada escola possa fazer suas escolhas pedagógicas, de acordo com sua realidade; 2. A estrutura para que possa colocar essa educação em prática; 3. A possibilidade de as comunidades educacionais, os gestores, e os órgãos de controle gerenciarem os investimentos na educação e saberem se o recurso direcionado para essa estrutura está chegando onde deveria e não sendo desviado; e 4. as condições para o enfrentamento necessário às desigualdades em todas as regiões do país, ao garantir qualidade em todas as escolas, chamando à responsabilidade a União, os estados, o DF e os municípios, sendo indutor de justiça social e federativa (CAMPANHA NACIONAL DE DIREITO A EDUCAÇÃO, 2020, p. 12)

Trazer o financiamento como chave para a valorização do ensino e dos profissionais da educação é primordial, pois eleva as condições adequadas e os insumos materiais e humanos necessários ao ensino e a aprendizagem enaltecendo também o direito à educação, que é de todos.

Coutinho (2020) aponta para a estreita relação entre qualidade no ensino, condições de trabalho e valorização do magistério, ou seja, a valorização das condições de trabalho e no caso da pesquisa, a estruturação da carreira que elege a qualidade com o ensino ministrado. Assim expressos do texto:

A construção do conceito de valorização deve estar intrinsecamente ligada a duas concepções: a primeira, a qualidade de ensino; a segunda, a qualidade de vida e bem-estar do trabalhador, tendo como mecanismo a carreira (COUTINHO 2020, p. 77).

A autora aponta os elementos necessários para a qualidade de vida do professor aliada ao trinômio, carreira, jornada de trabalho e remuneração, indissociados condicionalmente à qualidade do ensino. Considera-se, entretanto, as condições materiais concretas onde se dão as políticas educacionais, neste caso no município, e suas contradições no que se refere ao direcionamento de recursos, a realidade das escolas e outros elementos da estrutura apresentada.

A “qualidade do professor para a qualidade de ensino” é também a defesa de políticas de bonificação que aparecem no trabalho de Silva (2017). A autora discute um modo justo e eficaz para a valorização docente. O tema da bonificação salarial mediante “mérito” traduz as intenções de implantar políticas de gerenciamento apoiadas nas ideias do neoliberalismo, no qual o mais importante são os resultados numéricos que apontam aprovações de estudantes, aumento nas notas do Ideb⁵ e o absenteísmo de professores nas escolas públicas da Educação Básica. Tais políticas desconsideram as condições materiais de trabalho, como excesso de número de estudantes nas turmas, falta de estrutura para o atendimento de estudantes deficientes ou com transtornos, jornada de trabalho adequada com horário remunerado para planejamento, avaliação e formação, remuneração condigna, e vários outros elementos que fazem parte do cotidiano das escolas e professores de um país tão desigual de proporções continentais. Os professores de alguns estados da federação, que adotaram esse tipo de política de bonificação, muitas vezes acabam caindo nessa armadilha e sendo formados nesse consenso de que é melhor não ter faltas - trabalhar adoecido – e a todo custo para conquistar o salário extra, o chamado décimo quarto, já que a remuneração recebida mensalmente é pouco suficiente para sua sobrevivência e de sua família.

A dissertação de Lima (2015) e a tese de Silva (2014), também tratam dessa questão, mas de forma oposta à valorização do trabalho subordinada à valorização do capital ou seja a “valorização docente pelo mérito” e que na política meritocrática, o indivíduo é responsabilizado unicamente pelo sucesso ou fracasso no ensino. O autor destaca que em uma perspectiva crítico social, não será o trabalho em si, mas do conjunto da classe social, dos

⁵ De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Inep, o Ideb é o índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, que reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

sujeitos - no plural- do trabalho, os trabalhadores, considerando os fatores do contexto social, econômico e político que inseridos e articulados ao trabalho dos professores, podem favorecer ou não a qualidade de ensino oferecido nas escolas.

O trabalho de Nobre (2014) atribui a responsabilidade da avaliação da qualidade da educação aos gestores que são encarregados pela “garantia” de bons resultados de aprendizagem e que “avaliar o desempenho professor é uma forma de valorizá-lo” (NOBRE, 2014, p. 19). A argumentação é de que a avaliação contribui para uma progressão na carreira, melhorando assim, as condições de seu próprio trabalho. Vimos aqui, um exemplo claro de consenso dos ideais neoliberais de meritocracia e performatividade que responsabilizam o indivíduo pelos resultados, mas que desconsideram os fatores estruturais que confluem para o desempenho dos estudantes: os recursos financeiros, o número excessivo de estudantes por turma, a falta ou precariedade de recursos materiais – de espaço físico, pedagógico, tecnológico, de transporte, alimentação - para que os estudantes tenham acesso ao ensino e que a depender na região do país são problemas de maiores ou menores proporções.

Os trabalhos de Lima (2015) e Franco (2016); contraditoriamente trazem a valorização considerando as questões macrossociais: “A questão da valorização é, portanto, indissociável das relações contraditórias de uma escola capitalista” (LEHER, 2010, p. 1) e indicam que as políticas de valorização ao não considerarem a realidade social apresentada, podem levar ao sentido oposto ao da valorização. De acordo com a dissertação de Lima (2015) esse caminho de desvalorização pode ser tomado pois as políticas neoliberais assim querem definir o merecimento e o não-merecimento que são coextensíveis aos sujeitos de determinado contexto social e, por isso, quando pensamos em sujeitos que merecem, o fazemos *pari passu* a sujeitos que não merecem? Há uma separação dos indivíduos do todo social: os que merecem “recebem” uma bonificação salarial e os que não merecem, não a recebem. Mas a questão essencial é a seguinte: o que esse movimento traz de benefícios ao processo de ensino e de aprendizagem? Acaso encerram-se todas as questões conflituosas em nível estrutural?

Como vimos o conceito de qualidade pode ser orientador para o projeto de educação filosófico e ideológico que se pretende. Parece estar entendido no senso comum como desejo de todos, assim como a valorização dos professores. Em todos os discursos, seja de políticos, de gestores da sociedade civil, a qualidade na educação e a valorização são e sempre serão

defendidas. Mas, para além dos discursos o que podemos fazer para vê-las efetivadas no seio do sistema educacional brasileiro? Essa questão ainda espera uma resposta.

Considerações finais

Os trabalhos analisados nesta revisão de literatura tiveram uma linha comum que atribui à valorização docente às dimensões objetivas do trabalho docente como a remuneração, a jornada, a formação de professores, localizados nas discussões sobre as políticas nacionais e locais para a carreira durante o período de 2000 a 2020.

A valorização docente é indicada pelas ações dos programas ou projetos municipais, estaduais ou nacionais, destacando aquelas diretamente relacionadas à carreira dos professores: remuneração, formação inicial ou continuada, condições de trabalho. Os trabalhos repetidamente indicaram como conclusões que há pouca valorização do trabalhador docente no país, apesar das leis e políticas para a carreira realizadas nas primeiras duas décadas do século XXI, o consenso que os professores devem ser valorizados e há uma relação da valorização docente e a qualidade do ensino.

As relações entre valorização docente, em suas dimensões objetivas, nas condições materiais concretas, como carreira, remuneração e condições de trabalho e subjetivas, relacionadas na autorrealização, na imagem e no reconhecimento social devem realmente ser articuladas e continuadas com políticas para a carreira docente, formação -inicial e continuada -, qualidade de ensino e financiamento público.

Enfim, mesmo com a implementação de leis para a carreira, como a Lei do Piso em 2008 e a Lei nº 14.113/2020, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, que marcam a valorização docente numa tentativa de tornar menos desigual as relações de trabalho docente no país e de programas e projetos voltados a formação continuada identificamos que são ações que sem a devida continuidade não garantem a materialização da valorização docente. Esperamos que além de ser pronunciada nos discursos e nominalmente reconhecida, a valorização seja realmente sentida e vivida pelos professores de nosso país.

Referências

ALMEIDA JUNIOR, Dirceu Manoel de. **Análise das contribuições do mestrado profissional em Educação, em termos de aprendizagem autoral discente, aos professores.**

Revista Momento – diálogos em educação, E-ISSN 2316-3100, v. 32, n. 2, p. 335-357, mai./ago., 2023. 351
DOI:

2020, Dissertação (Mestrado). Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

ALVES, Fadya Kessia Rocha de Araújo. **Desafios da valorização dos professores da educação básica da rede pública estadual de ensino do Rio Grande do Norte: carreira e remuneração (2009-2015)**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017.

BALZAN, Fabíola Ponzoni. **Seja um professor!** a profissão e a publicidade em discurso. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

BARBETO, Miriam Corrêa Diniz. **A educação de jovens e adultos no município de Valinhos: uma análise das políticas de formação de professores no período de 2007 e 2008**. 2010. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2010.

BRASIL. **Lei federal 13.738, DE 16 DE JULHO DE 2008**. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, 2008.

BRASIL. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Campanha Nacional pelo direito à educação**. Nota Técnica PEC 26/2020. Por que é imprescindível constitucionalizar o CAQ? 2020. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Fundeb2020_NotaTecnica_2020_08_12_CAQ-SenadoFederal_FINAL.pdf Acesso em 02 fev.2022

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2014.

BRASIL. **Lei nº 14.113 de 25 de Dezembro de 2020**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências.

BRESSAN, Douglas Figueiredo. **A valorização do professor do ensino médio de Santa Catarina e Pernambuco**: reflexões sobre a formação e condições de trabalho. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade do sul de santa Catarina – UNISUL, Santa Catarina, 2019.

BUDIN, Clayton José. **Professores-formadores em grupos de formação continuada: possibilidades e limites da profissionalização do magistério**. 2014. 187 f. Dissertação

(mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2014.

CABRAL, Enadir da Silva. **O trabalho docente no ensino médio no estado de Santa Catarina:** embates, desafios e possibilidades à valorização dos professores. 2016. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade do sul de Santa Catarina – UNISUL, Santa Catarina, 2016.

CAETANO, Eduardo Ferreira da Silva. **Políticas de valorização profissional dos professores do 1º ao 5º ano de Unai:** a Lei do Piso. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

CAMARGO, Vanda Francisco. **O curso de pedagogia no plano nacional de formação de professores (PARFOR):** análise de projetos pedagógicos do curso (2010-2013). 2016. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2016.

CARNEIRO, Ana Paula da Silva. **Os critérios de movimentação na carreira de professores da educação básica em estados da Região Norte do Brasil .** 2016. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Pará, 2017.

CARNEIRO, Flávio Henrique Rodrigues. **O piso salarial nacional:** a valorização do professor na Constituição de 1988. 2012. 230 f. Dissertação (Mestrado em Constituição e Garantias de Direitos) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

CASTRO, Eliane Pereira dos Santos. **As políticas de formação continuada do professor do ensino médio no Tocantins e seus desdobramentos na valorização docente.** 2017. 165 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO, 2017.

CHIMENTÃO, Lilian Kemmer. **O sentido da formação contínua para professores de língua inglesa.** Dissertação (Mestrado). Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2010.

CORRÊA, Nayara Borges de Oliveira. **Formação de professores:** estudos avaliativos da prática docente como pressupostos para a elaboração de material didático. Orientador: Benite, Claudio Roberto Machado. 2019. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Goiás UEG, 2019.

COUTINHO, Viviane Divina Ferreira. **Valorização do trabalho docente nas políticas públicas:** um estudo dos servidores do magistério no município de Barro Alto/Goiás. 2020. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Educação, Faculdade de Educação. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO, 2020.

DAMIÃO, Adriana Silva. **A concepção de formação continuada das professoras de creches de um município do sudeste goiano:** uma avaliação a partir da teoria histórico-cultural. 2017. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, 2017.

DIAS, Lisete Funari. **Formação continuada para professores da área de ciências da**

natureza no Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio/Unipampa: "o que se mostra" da valorização pela formação? Tese (Doutorado). Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

DI RAIMO, Valéria. **O discurso da (des)valorização da docência em propagandas institucionais.** Dissertação (Mestrado). Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Londrina, 2017.

FARIAS, Sérgio André. **Análise da formação continuada de professores de geografia no PDE:** um estudo dos orientandos da UNIOESTE - Francisco Beltrão. 2013. Dissertação (Mestrado em Produção do Espaço e Meio Ambiente) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2013.

FRANCO, K. J. S. M. **Valorização profissional docente da educação básica em Goiás (1990-2015).** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2016.

GELCHA, Elizandra Aparecida Nascimento. **Ações e impactos da formação continuada do PNAIC no município de Caxias do Sul-RS:** um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria, 2016.

GERVÁSIO, Kelen Cristina da Cruz. **Professores - mestres:** contribuições do mestrado na formação pedagógica em uma escola privada no município de Bagé. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pampa, Rio Grande do Sul, 2019.

GHIZZO, Edna Natoria Felisbino. **Formação e condições de trabalho do professor do ensino médio nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.** Dissertação (Mestrado). Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade do sul de Santa Catarina – UNISUL, Santa Catarina, 2017.

GROCHOSKA, Marcia Andreia. **Políticas educacionais e a valorização do professor :** carreira e qualidade de vida dos professores de educação básica do município de São José dos Pinhais/PR. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná, 2015.

GUASSELLI, Maristela Ferrari Ruy. **Formação continuada na perspectiva da educação inclusiva :** epistemologia e prática. 2014. Tese (Doutorado). Doutorado em Educação. Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

GUIMARÃES NETO, Altamiro Gomes. **Entre o formulado nos planos e a visão dos docentes:** formação, profissão e valorização docente na rede pública municipal de educação em Bela Vista de Goiás. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, 2018.

JAEGER, Dirce. **Discursos de valorização do professo:** efeitos da interpretação no âmbito da formação discursiva do aparelho ideológico escolar. Tese (Doutorado). Doutorado em Educação. Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

KATREIN, Arthur da Silva. **Profissão docente:** a produção do discurso da possibilidade

de valorização do professor por ele mesmo. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pelotas, 2014.

HOLANDA, Cecília Creuza Melo Lisboa. **Identidade e subjetividade no processo de formação do professor-aluno do PARFOR no município de Tefé (AM)**. 2017. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Educação, Faculdade de Educação. Universidade Federal do Amazonas, 2017.

JOSÉ, Gesilane de Oliveira Maciel. **Entre os muros e grades da prisão: o trabalho do professor que atua nas 'celas' de aula**. Tese (Doutorado). Doutorado em Educação. Universidade Estadual Paulista- UNESP, São Paulo, 2019.

LEHER, Roberto. **Valorização do magistério**. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancelli; VIEIRA, Livia Maria Fraga. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

LIMA, Potiguara Mateus Porto de. **Concepção e valorização do trabalho docente: políticas meritocráticas na educação pública**. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Educação, Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2015.

LUHM, Daiana Cristina. **Política de valorização dos profissionais da educação: dimensões do financiamento da educação básica no município de Céu Azul no Paraná (2009 -2016)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná Cascavel, 2017.

MANO, Júlia Miranda. **Implementação do PSPN e suas relações com a qualidade da educação infantil: o caso de um município no interior paulista**. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Educação, Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, 2018.

MEDEIROS, Renata Maria Pontes Cabral de. **Plano Municipal de Educação: Formação e Valorização dos Professores de Educação Infantil**. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Educação, Faculdade de Educação. Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2018;

MONLEVADE, João Antonio Cabral de. **Valorização salarial dos professores: o papel do piso salarial profissional nacional como instrumento de valorização dos professores da educação básica pública**. 2000. 315p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253459>. Acesso em: 27 jul. 2018.

NETO, Altamiro Gomes. **Entre o formulado nos planos e a visão dos docentes: formação, profissão e valorização docente na rede pública municipal de educação em Bela Vista de Goiás**. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Educação, Faculdade de Educação. Universidade Federal de Goiás- UFG, 2018.

NOBRE, Expedito Mauricio Pereira. **A avaliação de desempenho docente como instrumento de valorização dos professores e melhoria da qualidade da educação – 10ª CREDE/SEDUC/CE**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014.

Mestrado em Gestão e Avaliação em Educação Pública. Disponível em:
<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/634>

OLIVEIRA A. P. **Considerações acerca das políticas públicas de formação docente no Brasil e no Espírito Santo em perspectiva histórica.** Dissertação (Mestrado). Mestrado em Ensino na Educação Básica, Universidade Federal do Espírito Santo, 2017.

OLIVEIRA, Claudinéia da Silva de. **A valorização do professor do ensino médio nos estados de Santa Catarina e Paraná.** Dissertação (Mestrado). Mestrado em Educação, Faculdade de Educação. Universidade do Sul de Santa Catarina, 2015.

OLIVEIRA, Franciele Gonçalves de. **Constituição da docência em um grupo de estudantes de física:** um estudo de caso junto ao PIBID. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Educação, Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2017.

OLIVEIRA, José Rogério de. **A política de valor e des-valor do trabalho docente nos documentos da OCDE.** Dissertação (Mestrado). Mestrado em Educação, Universidade de Brasília, 2018.

PACITTI, Monie Fernandes. **Mestrado Profissional em Educação - Formação de Formadores (PUC-SP):** contribuições para coordenadores pedagógicos da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Dissertação (Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

PAULINO, Eliene de Souza. **Formação de professores na rede pública:** criação de atividades baseadas em corpora. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Educação, Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

SILVA, Michelle Castro. **A profissionalização docente no âmbito da formação continuada do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa:** da valorização à precarização do trabalho de professores. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Educação, Faculdade de Educação. Universidade Federal do Pará, 2017.

SILVA, Patrícia Alves da. **A (des) valorização dos professores e a relação com a aplicação dos recursos em educação:** um estudo do financiamento da educação básica em Goiás. Dissertação (Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2019.

SILVA, Rosângela Maria de Oliveira. **Promoção, vencimento e avaliação de desempenho do professor do ensino fundamental:** o PCCR da rede municipal de ensino de Natal/RN (2004-2010). Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.

SILVA, Rossieli Soares da. **Avaliação de desempenho docente:** uma proposta para a rede estadual de ensino do Amazonas. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.

SOBZINSKI, Janaína Silvana. **Valorização dos professores:** análise dos planos de carreira de municípios do Paraná. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

SOUZA, Clisivânia Duarte de. **Gestão do trabalho pedagógico na escola: análise da implementação da Hora de Trabalho Pedagógico - HTP em uma escola de ensino médio da SEDUC/AM.** Dissertação (Mestrado). Mestrado em Educação, Faculdade de Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018.

SOUZA, Vania Batista de. **Carvalho Déda e o jornal "A Semana" : visibilidade na educação (1946-1969).** Dissertação (Mestrado). Mestrado em Educação, Faculdade de Educação. Universidade Federal de Sergipe, 2016.

SOUZA, Fábio Araujo de. **A remuneração dos professores da rede pública do estado do Rio de Janeiro (1995-2014).** Tese (Doutorado). Doutorado em Educação. Universidade de São Paulo, 2018.

TOMÉ, Marta Fresneda. **Fala, professora!:** um estudo de caso sobre as perspectivas de professoras de educação infantil acerca do projeto Pedagogia Cidadã. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Educação, Faculdade de Educação. Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2005.

VALORIZAÇÃO. In: Dicionário de português da Google - Oxford Languages. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em 12 jan. 2022.

VIEIRA-SILVA, Claudiomiro. **Produção de material didático como espaço de formação continuada e valorização dos professores: análise do Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná 2007/2008.** Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, 2012.

XAVIER, Raimundo Rainero. **A instituição do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) por meio da Lei 11.738/2008 valoriza os professores do magistério da educação básica?** Dissertação (Mestrado). Mestrado em Educação, Faculdade de Educação. Universidade de Brasília – UnB, 2015.

Submissão em: 28/06/2022

Aceito em: 27/04/2023

Citações e referências
conforme normas da:

